

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	1
Título: Sob ameaça de represa, distrito de Cocais enfrenta saques	1
Título: ‘Não vamos construir a paz com armas’	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Bolsonaro fomentou protestos de rua porque teme governar na democracia	5
VEÍCULO: O Globo	7
Título: TRF bloqueia R\$ 3,5 bi de MDB, PSB e políticos	7
Título: Para acalmar os ânimos	9
Título: Em Paris, Araújo busca reverter percepção sobre o governo	10
Título: Visita de Mourão abre ‘novo capítulo’, diz China	11

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/05/2019

Seção: Metrópole

Autor: Felipe Resk ENVIADO ESPECIAL BARÃO DE COCAIS

Título: Sob ameaça de represa, distrito de Cocais enfrenta saques

Áreas de risco, cujos moradores foram tirados e proibidos de voltar, são alvo de ladrões; polícia diz já ter suspeitos

No fim de março, o topógrafo Francisco Xavier de Assis Filho, de 67 anos, tomou um susto quando atendeu o telefonema de uma amiga. "Chiquinho, viram um pessoal andando de moto com um saco nas costas lá no Socorro. Parece que roubaram sua casa." Chiquinho e todo o povoado do Socorro, em Barão de Cocais (MG), havia sido retirado de lá um mês antes – e impedido de voltar, sob risco de acabar soterrado pela lama de rejeitos da mina Gongo Soco. Na hora, no entanto, ele não pensou duas vezes. Pegou o carro e entrou sozinho na área de risco. Era verdade: seu sítio fora saqueado.

Adquirido há 15 anos, o terreno de Chiquinho tem 6 hectares, uma casa de 275 metros quadrados com duas suítes, piscina e horta, além de criação de mais de uma tonelada de peixe, javaporco, galinha-d'angola, peru, pato, ganso. Segundo conta, os ladrões levaram TV, equipamento de som, geladeira. Aproveitando que o vilarejo estava vazio, os saqueadores também atacaram outras propriedades. A polícia não sabe se os crimes foram cometidos no mesmo dia ou em ocasiões diferentes, mas abriu inquérito para investigar a série de saques. Povoado histórico, Socorro seria o primeiro lugar atingido em caso de rompimento – a estimativa é que a lama demore entre 5 e 7 minutos para chegar.

"Meu sítio era um paraíso, mas está na bacia receptora da barragem", diz Chiquinho. "Engraçado é que a polícia não pode entrar lá, mas ladrão pode." Indignado, o topógrafo chegou a gravar um vídeo mostrando o estrago na propriedade. A imagem viralizou e ele acabou sendo conduzido a prestar depoimento, mas não para falar sobre os furtos e, sim, explicar como entrou em área proibida. Depois, um grupo com cerca de 20 moradores do Socorro se juntou para ir ao povoado, conferir a situação das suas casas. "Nesse dia não se falou em outra coisa na escola", afirma Ana Paula Herculano, que dá aula para crianças que moravam na comunidade. "Uma aluna me mostrou um vídeo do guarda-roupa dela todo revirado."

Neste mês, as Polícias Civil e Militar de Minas fizeram uma operação contra a série de saques. Duas pessoas que estavam com objetos furtados foram presas por crime de receptação. "A operação recuperou vários televisores, que são os objetos mais valiosos que estão sendo furtados", diz nota da Polícia Civil. Segundo os investigadores, os suspeitos já teriam sido identificados. Já a Vale afirma que cumpre o protocolo de segurança para a área e que os acessos têm vigilância 24 horas. "Não há registro de entrada de pessoas por esses locais", diz em nota.

Moradora da Vila Brandão, bairro mais perto do centro, mas também em área de risco, a esteticista Gisele Ramos teve de sair de casa para um hotel, pago pela Vale, no domingo. O motivo é que a mãe dela, de 80 anos, faz tratamento de câncer e teria dificuldade para seguir a rota de fuga, se for necessário. "Morro de medo de entrarem na minha casa e levarem tudo", diz Gisele. Com vista para o Santuário São João Batista, a residência tem varanda, cinco quartos, piscina e uma oficina para fabricar móveis. "Por causa dessa barragem, perdi o direito de morar na minha casa. Ficou tudo abandonado. Sinceramente, eu já estou torcendo para que a barragem rompa logo. Quem aguenta essa vida? Pelo menos, quando romper, acaba o sofrimento."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/05/2019

Seção: Política

Autor: Pablo Pereira ENVIADO ESPECIAL / BELO HORIZONTE

Título: 'Não vamos construir a paz com armas'

Entrevista - D. Walmor Oliveira de Azevedo, novo presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

Presidente da CNBB diz temer impacto de decreto "numa sociedade cheia de polarizações" e defende uma Igreja apartidária

Eleito no início deste mês presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o arcebispo de Belo Horizonte, d. Walmor Oliveira de Azevedo, afirmou ao Estado que o "caminho da paz" não será construído "pela força das armas". "Tememos o que pode acontecer numa sociedade cheia de polarizações", disse ele sobre o recente decreto do presidente Jair Bolsonaro que flexibilizou a posse e o porte de armas.

O novo presidente da CNBB defendeu ainda a importância de uma atuação da Igreja "sem ser partidária". "O ponto de partida é o diálogo. Diálogo para poder dizer aquilo que a Igreja tem a dizer para além de qualquer tipo de ideologia ou partidarização."

Como será a relação da CNBB com o governo federal?

O ponto de partida da relação com o governo federal e com todas as instâncias de governo, assim como com outros segmentos da sociedade, é o diálogo. Diálogo para ouvir e ser ouvido, para poder dizer aquilo que a Igreja tem a dizer para além de qualquer tipo de ideologia ou partidarização, pela força de seu Evangelho.

O País tem mais de 13 milhões desempregados. Como o senhor analisa essa situação?

Quando a gente constata cenários de pobreza e de miséria, isso nos aflige. Inclusive deve nos envergonhar, exigindo de nós que encontremos novos caminhos. Porém, há urgência de novas respostas. A Igreja, sem ser partidária, sem mover-se por ideologias, está para dialogar, para ajudar, por uma compreensão que nos dê saídas, novas respostas. Mas sempre respeitando as competências das instâncias que têm a tarefa de resolver esse problema.

O que o senhor pensa a respeito da questão da flexibilização da posse e do porte de armas?

Não compreendemos que o caminho para a paz, para o entendimento, para a solidariedade, nós construiremos pela força das armas. Nós construiremos pela força da educação, pela força do diálogo, do amor. Não é para nós uma opção dizer que vamos trabalhar mais a paz exatamente com uso de armas. Pelo contrário. Tememos o que pode acontecer numa sociedade como a nossa, cheia de polarizações.

Cortes na Educação levaram a protestos nas ruas. Como o sr. vê esse contingenciamento?

A justificativa dada é de otimização de recursos. Mas a Educação não pode sofrer cortes por ser uma prioridade das prioridades. Não pode sofrer cortes de modo que, por exemplo, a pesquisa pare. Não podemos cortar de modo que a educação de base não seja qualificada. É preciso muito discernimento para se fazer isso sem prejuízos não apenas hoje, mas nas gerações futuras.

Qual é o ponto principal para o Sínodo da Amazônia?

O grande foco importante é a evangelização. É a Igreja presente na Amazônia levando o Evangelho de Jesus Cristo para ser assimilado, desdobrado, com consequências para uma vida melhor, um desenvolvimento integrado. Esse é o nosso caminho. O compromisso de construir uma sociedade justa e solidária é um compromisso inarredável. A Igreja tem um lugar próprio, não pode estar ausente dele, mas não é de um partido político nem de nenhum tipo de ideologia.

Na Amazônia, há a questão da imigração de venezuelanos. O Sínodo vai tratar do tema?

Certamente esse será um ponto a ser tratado. Os imigrantes são muitos, trazendo um problema social e uma discussão que toca e confronta muito tipo de ideologia e, conseqüentemente, muitas escolhas no sentido do acolhimento. Nós estamos no Brasil. Não é uma questão dos outros, é nossa também.

Qual a posição do sr. sobre casos de abuso sexual na Igreja?

A Igreja, em sintonia com o papa Francisco, tem o compromisso de combater, radicalmente, o abuso sexual. É inadmissível qualquer tipo de silêncio. E as vítimas devem receber da Igreja todo o apoio necessário. Estamos empenhados no trabalho de prevenção, não apenas no combate a esse crime abominável

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 24/05/2019

Seção: Colunas

Autor: Demétrio Magnoli

Título: Bolsonaro fomentou protestos de rua porque teme governar na democracia

Medo

Sociólogo, autor de "Uma Gota de Sangue: História do Pensamento Racial". É doutor em geografia humana pela USP

"Aqui tem olavetes, intervencionistas, católicos e templários", explicou uma certa Elizabeth Rezende, que está entre os organizadores das manifestações deste domingo (26) mas esqueceu-se de elencar os trilobitas, os entoproctos, os braquiópodes, os caminhoneiros e os reptilianos.

"Aqui", contudo, não tem Bolsonaro. O líder incontestado, "Mito" e "Messias" traiu a fauna paleozoica de seus devotos. O porta-mentira oficial, general Rêgo Barros, precisou ler uma nota que qualifica os eventos como "espontâneos". De fato, a mobilização foi incitada (com "c" viu Weintraub?) pelas redes do clã presidencial mas o capitão recuou para a retaguarda, abandonando seus soldados na trincheira enlameada.

Medo. A incitação e a fuga têm motivo idêntico. Mais: o medo é a melhor chave explicativa do comportamento geral do presidente da República.

Na política, o medo está sempre presente. FHC temia, mais que tudo, o retomo do monstro inflacionário. Daí, a sobrevalorização do real, seu único grave erro de política macroeconômica. Antes de surfar a onda ascendente do ciclo global, Lula temia a ruptura da estabilidade econômica herdada. Daí, o acerto decisivo na escalação da equipe econômica de seu primeiro mandato.

Os medos de FHC e Lula referenciavam-se, principalmente, no interesse nacional. O medo de Bolsonaro, pelo contrário, referencia-se exclusivamente no interesse pessoal. Ele fomentou a mobilização de rua porque teme governar na democracia e desertou, assustado, porque teme o impeachment.

O medo é a sombra inseparável de Bolsonaro. Cabe ao psicanalista investigar a dimensão íntima de seu medo, que se manifesta na conjunção da homofobia com a obsessão pelo cano de uma arma. Já a ciência política deve iluminar seu temor de exercer o cargo de chefe de Estado.

Nos idos da minha infância, as crianças ainda brincavam na rua. Lembro de um garoto ruivo, provocador, geralmente ignorado pelos demais, que corria para o refúgio de sua casa quando algum de nós reagia a suas afrontas. Durante 28 anos, Bolsonaro habituou-se a praticar o esporte do insulto e da difamação, abrigando-se na barra da saia da imunidade parlamentar.

A fortuita ascensão ao Planalto privou-o da redoma protetora. Fora do santuário, exposto às sanções da democracia, ele experimenta o peso insuportável de sua inadequação. Estamos, todos, condenados a participar da aventura do valentão de opereta cindido entre seus dois medos.

Originalmente, as manifestações foram convocadas sob as bandeiras do fechamento do STF e do Congresso. "Essa pauta está mais para Maduro", esclareceu Bolsonaro, finalmente. Mas, mesmo após a operação sanitizadora, a presença do presidente nas ruas o implicaria em atentado contra as instituições, um crime de responsabilidade bem mais sério que as pedaladas fiscais dilmistas.

Cedendo ao medo do impeachment, Bolsonaro ganha a chance de viver mais um dia no Planalto. O problema é que essa perspectiva o aterroriza: no poder, o gesto adolescente da arminha não substitui o imperativo de entregar resultados seguindo as regras da democracia.

A saída é ceder ao medo de governar, utilizando o pretexto clássico da facada nas costas. "Dolchstosslegende": o mito nasceu na Alemanha, na esteira da derrota na Primeira Guerra Mundial, como fonte da narrativa da extrema direita. A Alemanha, diziam, teria vencido a guerra se o Exército não tivesse sofrido a traição doméstica dos políticos de esquerda, da imprensa esquerdista e dos diabólicos judeus.

O discurso bolsonaro-olavista segue trilha paralela, invocando as facadas nas costas desferidas pelo Congresso, pelo STF e pela imprensa "comunista" (Folha, Globo) como justificativa antecipada do eventual fracasso do governo.

Dessa vez, Bolsonaro recuou diante do medo do impeachment. Na próxima, movido pelo medo de governar, avançará até o abismo?

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 24/05/2019**Seção:** Colunas**Autor:** Joana Cunha**Título:****PAINEL S.A. .****Carga pesada**

A CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária) se reúne com o Ministério da Infraestrutura na quarta (29). Quer debater a proposta de tabelamento do frete da Esalq, sobre nova metodologia de cálculo do serviço.

Estrada

Nesta semana, a CNA entrou com pedido de liminar no STF para suspender o reajuste dos fretes de abril. No encontro de quarta, tentará aproximação com o ministro Tarcísio de Freitas, mediador entre governo e caminhoneiros— que pressionaram pela criação da tabela e hoje brigam pela atualização.

Vacas magras

Os pecuaristas alegam que as normas esbarram em problemas de infraestrutura dos estados, como a deficiência na distribuição de energia elétrica para garantir refrigeração.

Luz do sol

A EDP e a Accenture assinaram acordo para criar um centro de inovação dedicado a energia, no Porto Digital, em Recife. O primeiro projeto promete unir blockchain e geração solar.

com Paula Soprana e Laísa Dall'Ágno

VEÍCULO: O Globo**Data:** 24/05/2019**Seção:** O País**Autor:****Título:** TRF bloqueia R\$ 3,5 bi de MDB, PSB e políticos

Medida foi tomada em ação de improbidade administrativa proposta pela força-tarefa da Lava-Jato e envolve o atual líder do governo no Senado, Fernando Bezerra; Queiroz Galvão e Vital Engenharia também foram afetadas

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), a segunda instância da Lava-Jato, determinou ontem o bloqueio de R\$ 3,5 bilhões de bens e valores do MDB, do PSB, das empresas Queiroz Galvão e Vital Engenharia, de políticos e executivos. A decisão foi dada em uma ação de improbidade administrativa em que é apurada a responsabilidade por prejuízos sofridos pela Petrobras devido a esquemas de corrupção.

Para justificar os bloqueios, o TRF-4 apontou a "existência de um amplo esquema criminoso, com prejuízos expressivos para toda a sociedade". Segundo a Justiça, a medida é necessária para garantir o ressarcimento à sociedade de danos causados pela corrupção.

Além dos partidos políticos e das empresas, foram alvo da medida judicial o senador Fernando Bezerra (MDB-PE), líder do governo no Senado, o deputado Eduardo da Fonte (PP-PE) e o ex-senador Valdir Raupp (MDB-RO). Também foram incluídos na ação os espólios de Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Eduardo Campos (PSB-PE), que morreram em 2014.

Além do congelamento dos recursos, a ação pede a perda de cargos, suspensão de direitos políticos e a perda dos direitos de contagem e fruição da aposentadoria pelo Regime Especial dos envolvidos.

Em relação aos partidos políticos, o bloqueio não deve alcançar as verbas repassadas por meio do fundo partidário, que são impenhoráveis por força de lei.

A ação investiga dois esquemas criminosos. No primeiro, um cartel de construtoras fraudou procedimentos de licitação da Petrobras em grandes obras entre 2004 e 2014 mediante pagamento de propina para executivos e políticos

O segundo esquema envolve propina que teria sido recebida por Eduardo da Fonte e Sérgio Guerra, em 2009, para que a CPI da Petrobras não interrompesse o esquema criminoso. A CPI acabou instalada, mas houve apenas sugestões para sanar "divergências metodológicas" sobre a estimativa de custos nas obras.

— Esse é o maior bloqueio individual de valores no país realizado até agora pela Lava-Jato — declarou Isabel Vieira Groba, procuradora regional da República e integrante da força-tarefa da Lava-Jato.

Em abril de 2017, em outra ação de improbidade administrativa, a Justiça Federal havia determinado o bloqueio de R\$ 470 milhões do PP e de 11 filiados, também acusados de atos de corrupção na Petrobras. Neste caso, o juiz atendeu apenas parte do pedido do MPF, que pedia o bloqueio de R\$ 1,8 milhão de todos os envolvidos no esquema.

ACUSADOS NEGAM

Em nota, o MDB diz que a decisão do TRF-4 "não se refere ao MDB Nacional, que não é parte no processo". A decisão, de acordo com a legenda, "é para o MDB-RO" e que "pela legislação, os diretórios estaduais do partido são financeiramente e judicialmente autônomos, inclusive sendo pessoas jurídicas distintas". O MDB-RO afirmou que ainda não foi notificado.

O PSB classificou o bloqueio como "indevido, precipitado e exorbitante". Segundo o partido, o pedido havia sido indeferido na primeira instância e "ainda pende de apreciação do Colegiado". Segundo o partido, o Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou uma denúncia criminal que citava os mesmos fatos. A defesa de Fernando Bezerra afirmou que as acusações "não se sustentam" e que vai provar que "não existem elementos probatórios capazes de vincular" o senador às acusações de improbidade administrativa.

Eduardo da Fonte classificou o bloqueio como "absurdo". Valdir Raupp informou que a decisão se refere a uma doação eleitoral feita ao MDB/RO. A Vital Engenharia informou que nunca teve contratos com a Petrobras.

VEÍCULO: O Globo

Data: 24/05/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Para acalmar os ânimos

Será assim o Cartão do Caminhoneiro que a Petrobras disponibilizará aos motoristas para amenizar críticas em função dos seguidos aumentos do diesel. No início da semana, cem deles foram distribuídos a caminhoneiros entre o Paraná e o Rio. A partir de segunda, o número será ampliado, chegando a Espírito Santo e Bahia. Será uma espécie de cartão pré-pago, evitando prejuízos com possíveis aumentos.

VEÍCULO: O Globo**Data: 24/05/2019****Seção: Mundo****Autor: FERNANDO EICHENBERG - Especial para O GLOBO****Título: Em Paris, Araújo busca reverter percepção sobre o governo**

Chanceler propôs que França envie especialistas em política ambiental e direitos humanos para "aprofundar diálogo"

PARIS- O Brasil propôs à França que envie especialistas em política ambiental e direitos humanos ao país para mudar sua percepção negativa em relação às políticas do governo Jair Bolsonaro para estes dois temas. A iniciativa partiu do ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, em reunião ontem com seu colega francês, Jean-Yves Le Drian, em Paris. Araújo reconheceu que este é, hoje, um dos principais pontos de fricção entre os dois países do Brasil com outras nações, alimentado, segundo ele, por uma "falta de compreensão"..

— Ofereci ao ministro Le Drian aprofundarmos o diálogo de diferentes maneiras nesses temas, para o lado francês entender melhor como são nossas políticas ambientais e de direitos humanos hoje — disse o chanceler.

— Levantei a questão porque sei que são percepções comuns aqui na França. Ofereci aprofundarmos o diálogo com visitas de especialistas. Essa é a área que pode ser compreendida como tendo algum irritante na relação. Então, queremos mostrar que não é assim.

"RELAÇÃO BILATERAL"

Para os franceses, apenas uma questão era considerada uma linha vermelha a não ser ultrapassada: a permanência do Brasil no Acordo do Clima de Paris. Mas como o chanceler brasileiro confirmou que o país não sairia do acordo, o conflito, desta vez, foi evitado.

No último dia 16, o presidente Emmanuel Macron, ativo defensor do Acordo de Paris, recebeu o cacique Raoni Metuktire, líder indígena brasileiro, no Palácio do Eliseu. No dia seguinte, François Croquette, embaixador para os Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores francês, citou negativamente três países ao falar da descriminalização da homossexualidade: Brasil, Chechênia e Brunei, mencionando "apelos ao ódio do presidente brasileiro".

Araújo, que também convidou Croquette para vir ao Brasil, afirmou que pretende estabelecer uma "relação bilateral" nessas áreas com a França: — Nossa ideia é montar algo aqui, com a ajuda da embaixada, e ver exatamente quais seriam os melhores canais para isso, lá e aqui, com funcionários nos níveis

que forem necessários. Mas, sobretudo, para falar com nossas áreas de meio ambiente e direitos humanos, para entenderem melhor nossas políticas.

Segundo Araújo, no encontro ficou acertada a continuidade da cooperação nas áreas militar (submarinos e helicópteros), cultural e na fronteira da Guiana Francesa com o Amapá. O chanceler disse desejar que os cortes no Orçamento brasileiro não atinjam o Programa de Desenvolvimento de Submarinos com Propulsão nuclear (Prosub), que tem suporte francês:

— É de interesse direto da Defesa e da Marinha, mas é algo que nos interessa também. Para nossa relação com a França isso é fundamental.

Segundo Araújo, Bolsonaro deverá fazer ainda neste ano uma visita oficial à Itália, que tem no governo o nacionalista Matteo Salvini, definido pelo chanceler como "grande líder da regeneração europeia".

— Temos uma visão de mundo bastante próxima da Itália em várias coisas. Isso facilita a relação e pode ser um bom incremento. Mas sem detrimento de outras vertentes bilaterais, como a França.

O chanceler voltou a comentar as eleições europeias que se encerram amanhã. As eleições deverão registrar, segundo pesquisas, crescimento dos votos para partidos da direita nacionalista e populista.

— Isso parece que faz parte de uma tendência mundial de recuperação das identidades nacionais, de certos valores de nacionalidade com os quais a gente coincide. É interessante ver isso se afirmando em países na Europa que pareciam rumar para uma coisa pós-nacional ou supranacional, nessa ideia que a nacionalidade era uma coisa em desuso.

O ministro descartou que o crescimento do nacionalismo em determinados países seja um reflexo da situação econômica. Para ele, está ligado ao "caráter indispensável do sentimento nacional" e à insatisfação com uma "concepção tecnocrática da sociedade".

VEÍCULO: O Globo

Data: 24/05/2019

Seção: Mundo

Autor: MARCELO NINIO - Especial para O GLOBO

Título: Visita de Mourão abre 'novo capítulo', diz China

Após ataques de Bolsonaro durante a campanha, ida do vice-presidente ao país serviu para relaxar tensão e reabrir diálogo

PEQUIM- A visita do vice-presidente Hamilton Mourão à China, concluída ontem, parece ter dissipado a ansiedade entre as autoridades de Pequim causada pela retórica agressiva usada pelo presidente Jair Bolsonaro em sua campanha contra a crescente presença chinesa no Brasil. Envolvida numa guerra comercial de desfecho imprevisível com os EUA, a China viu afastada a tensão com seu maior parceiro comercial na América Latina.

Mourão deixou claro que o objetivo da viagem era passar uma "mensagem política", de que o governo Bolsonaro considera a China um parceiro estratégico. Ou seja, inverter a impressão dada pelo presidente na campanha, quando disse que a China estava "comprando o Brasil" com investimentos predatórios.

Na conclusão da viagem, Mourão contou que conversou com Bolsonaro após a vitória na eleição presidencial e mostrou que era preciso deixar para trás o que fora dito "no calor da campanha"

— A China é o nosso maior parceiro comercial, o motor da economia mundial, é uma área de densa oportunidade de negócios para as nossas empresas — disse Mourão.

— Essa comunhão entre os dois países ficou clara para o presidente Bolsonaro, e ele me deu a determinação de abrir o caminho para que proximamente ele possa visitar a China.

INCÔMODO COM TAIWAN

Para o governo chinês, a visita de Mourão representou a abertura de "um novo capítulo", disse Zhao Bentang, diretor do Departamento de América Latina do Ministério das Relações Exteriores da China. Talvez até mais que as declarações de Bolsonaro na campanha, o que deixou a China realmente incomodada foi a visita feita em fevereiro de 2018 a Taiwan, que Pequim considera uma "província rebelde".

— Taiwan é um interesse essencial da China. A comunidade internacional reconhece que existe apenas uma China

— disse Zhao, que elogiou a mudança de tom do presidente.

— Desde a posse, o presidente Bolsonaro tem afirmado que atribui importância à relação com a China e quer impulsionar o relacionamento China-Brasil a um novo patamar sem viés ideológico. Quem coopera com a China sabe o benefício.

Embora não fossem esperados anúncios concretos, como abertura de mercados, Mourão e os diplomatas envolvidos nas negociações destacaram que o mais importante era a visita em si, e a retomada da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), mais alta instância de diálogo bilateral, parada há quatro anos.

Nos seis dias em que estive na China, o vice-presidente teve tempo para visitar alguns dos símbolos do país, como a Cidade Proibida e a Grande Muralha, e também se atualizar sobre os principais temas da relação bilateral, como o programa de cooperação espacial e comércio.

Neste último, enfatizou diversas vezes a necessidade de as exportações brasileiras terem maior valor agregado, já que hoje estão concentradas em matérias-primas como soja, carnes, minério de ferro e **combustíveis**, enquanto as importações da China são de manufaturados.

Para a China, a visita foi mais uma vitrine para seu mega projeto global de infraestrutura, a Nova Rota da Seda (Iniciativa do Cinturão e Rota, no nome oficial), que prevê investimentos de US\$ 1 trilhão na próxima década. Como faz hoje em todas as ações oficiais, a China incluiu o programa no documento de conclusão da Cosban, afirmando que o Brasil poderá fazer parte por meio de parcerias público-privadas. Mourão disse diplomaticamente que o Brasil está "aberto a propostas", mas deixou claro que não vê necessidade de os investimentos chineses se enquadrarem no projeto.

A iniciativa é antes de tudo "um projeto geopolítico", observou o presidente do Conselho Empresarial Brasil-China e ex-embaixador do Brasil em Pequim, Luiz Augusto de Castro Neves, que acompanhou a Cosban. Sendo assim, é de interesse para a China atrair o maior número possível de países para a órbita do programa e ampliar seu alcance político. Caberá ao Brasil avaliar o que ganha em aderir oficialmente, como já fizeram mais de cem países, incluindo 19 da América Latina, Peru o mais recente.

FRANQUEZA RARA

Em seu encontro com Mourão, o presidente Xi Jinping buscou ressaltar as semelhanças entre Brasil e China como economias em desenvolvimento. O vice-presidente, porém, disse que é preciso ser realista em relação às diferenças e às lições da experiência chinesa de crescimento econômico. Com franqueza rara entre representantes de governos que visitam o país, lembrou as características do sistema político chinês que facilitaram seu desenvolvimento.

— A gente não pode comparar a China com o Brasil. Aqui não tem Ministério Público, não tem meio ambiente, não tem questão de direitos humanos. A coisa

aqui funciona da seguinte forma: o partido se reúne, decide e é executado — disse.

MME / ASCOM .